

A DERROTA DA VITÓRIA:

A CONTRADIÇÃO DO ABSOLUTISMO DE FHC

Francisco de Oliveira

RESUMO

Em desacordo com a formulação quase consensual dos críticos do atual governo, neste artigo o autor sustenta que a ideologia e o programa neoliberais, que de fato o definiriam, não são antiestatistas nem conduzem ao primado do mercado. Ao contrário, sua lógica implícita, eminentemente política, se caracterizaria pela imposição autoritária da vontade do Executivo sobre as demais formas de representação política e especialmente pela anulação da sociedade civil.

Palavras-chave: governo Fernando Henrique Cardoso; neoliberalismo; autoritarismo.

SUMMARY

Disagreeing with the nearly consensus view held by the current administration's critics, the author argues that the neo-liberal ideology and program, which in fact define the Cardoso government, are neither anti-state nor do they favor the primacy of the market. Rather, their implicit, eminently political logic has more to do with the authoritarian imposition of the executive's will over other forms of political representation, especially through the exclusion of civil society from the process.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso presidency; neo-liberalism; authoritarianism.

Aos olhos mortais comuns, o governo FHC é um completo êxito. Para o próprio presidente, sua *entourage*, seus aliados, seus aficcionados, e também para a chamada "comunidade financeira internacional", ele deve ser o melhor já havido nestas terras brasílicas; tanto que merece ser prolongado, para deixar não apenas uma marca indelével, mas fixar-se como um ponto de não-retorno. Para grande parte da massa do povo, ele aparece ambíguo, mas fortemente ancorado: na estabilidade monetária e num presidente que não é, propriamente, popular, mas cuja credibilidade continua alta. É verdade que rugas já aparecem, apesar dos maquiadores, que vão desde os que cuidam da figura do presidente aos que escondem, por trás de estatísticas precárias e conceitos duvidosos, uma realidade que teima em desobedecer-lhes. Tais rugas são um desemprego renitente, que aumenta cada vez que proclamam ser apenas uma bolha, queda dos salários reais na Grande São Paulo, resultando na retração da massa salarial em circulação, e, conseqüentemente, uma já discreta recessão, de que os

indicadores de deflação são a confirmação acadêmica, uma vez que as ruas já sabiam disso há algum tempo¹. Outras rugas não dizem muito à grande massa, mas deixam inquietos setores, minoritários, das chamadas "classes produtoras": esses mesmos sinais de discreta recessão, um déficit nas contas públicas que teima em crescer apesar do aparente rigor no corte de gastos, uma desconfortável situação nas contas externas, cujo déficit — alfa e ômega da própria estabilidade monetária — também se revela de difícil controle por parte do governo. Como grande ruga, já quase uma cicatriz, um crescimento econômico sofrível, abaixo das expectativas criadas por um governo dirigido por um eminente cientista social, que desmente o caráter produtivo das "reformas" constitucionais levadas não a ferro e fogo, mas de descaramento em descaramento². Abaixo sobretudo do grande sonho do próprio presidente, cuja obsessão fixa parece ser liquidar a "era Vargas" e ultrapassar Kubitschek: para provar que o aprendiz de Tancredo, o grande florentino, seria também mais desenvolvimentista que seus grandes predecessores populistas. Uma ruga que cresce em cicatriz quando o medíocre crescimento é comparado com o havido sob José Sarney e com Itamar Franco, o presidente que nem queria governar e reinstaurou a regência, entregando-a precisamente a Fernando Henrique Cardoso

Haveria um rosário de senões a apontar, num longo trajeto que descrevesse os quase quatro anos de mandato. As alianças espúrias, os escândalos de compra de votos, o fisiologismo elevado ao estatuto de estratégia, enquanto em outros períodos presidenciais ele aparecia mais como síndrome da ausência de hegemonia sobre um amplo espectro político, um ministério anódino, no qual as grandes figuras se notabilizam mais pelo deboche que pela postura pública, onde pululam negociastas da pior espécie, um processo de privatização de empresas e serviços estatais pouco transparente, para dizer o mínimo academicamente respeitável.

Argumentos os há, aos montes, para tais façanhas. O primeiro deles, repetido à exaustão pelos economistas de plantão, é que a capacidade de investimento do governo havia chegado a zero, em virtude precisamente do descontrole inflacionário com suas seqüelas sobre as contas públicas. Esse argumento cauciona as aceleradas privatizações, o severo corte de gastos, a criação de "reservas de caça" como o Fundo que antes era de emergência e agora é de estabilidade, o desvio das verbas acrescidas graças à CPMF. O lado das contas públicas, seu reiterado desastre, é explicado como o preço a pagar para tornar competitiva a indústria nacional, há décadas letargicamente dormida sob os efeitos morféticos — no duplo sentido — de uma exagerada proteção alfandegária. Na seqüência, as "reformas" administrativa e da previdência, às quais necessariamente se seguirá a "reforma" das relações capital-trabalho — cujos ensaios práticos na forma dos contratos ao arrepio das garantias da CLT já estão na praça, aparentemente sem nenhuma adesão do núcleo duro das grandes empresas oligopolistas, para desespero dos pragmáticos da Força Sindical —, completam o saneamento das contas públicas para fazer voltar a capacidade de investimento estatal e reduzir o "custo Brasil".

(1) Todos os indicadores da produção industrial, geral e por categoria de bens, indicam, desde novembro de 1997, para o país como um todo, queda de pelo menos quatro pontos percentuais em relação a outubro (*Boletim de Conjuntura*. Rio de Janeiro: IEI-UFRJ, 17(4), Jan. 1998). As notícias de jornal sobre o desastre das vendas de Natal e Ano Novo e as novas dispensas em janeiro/fevereiro noticiadas pela Fiesp confirmam o espectro da recessão que ronda — nos 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* — a economia para o ano de 1998.

(2) Ainda de acordo com o *Boletim de Conjuntura* (ibidem), a taxa de crescimento do PIB no governo FHC é de sofríveis 3,5% ao ano, desde 1995. Projetando-se para 1998 uma taxa que, segundo as próprias previsões de institutos oficiais de pesquisa, não passará dos 2%, obter-se-ia, para o primeiro mandato dos gloriosos vinte anos enunciados pelo "primeiro-amigo", nada além de uns 3,1%. Foram para isso as "reformas"?

Teoricamente, o uso de um suposto Weber cínico e conformista — muito longe do cientista social que, mesmo cético quanto à capacidade da ciência em melhorar a espécie humana, usou seu vasto arsenal de conhecimento e de humanismo para ajudar a construir a Constituição mais perfeita que jamais teria havido, a de Weimar — justifica a política: um Weber banalizado, para quem "engolir sapos", chamar de democratas antigos sátrapas da ditadura, cooptar nomes da esquerda, falsificar o significado das reformas é política, pois a ética da responsabilidade é diferente da ética das convicções. Um imenso abismo ético na verdade, que faria o cientista da racionalidade substantiva corar de vergonha, se o pó em que nos transformamos fosse ainda capaz de ganhar outra cor que não a definitiva cinza. Em manjadíssima entrevista à não menos manjada revista *Veja* (10/09/97), o presidente se esmerou — esnobando a plebe ignara — em sofismas, fazendo, como conhecido anúncio de uma internacional de roupas, *abuso e uso* dos mais renomados nomes das ciências humanas. Nada disso é estranho: a política nos tempos de hoje é sobretudo *marketing*, essa especialidade de um ministro que cuida exatamente da reforma do Estado.

Essa "glamourização" da política — que vai desde a mistificação impudica do que foi, na verdade, um trágico impasse para Weber até as honrarias adredemente preparadas da Casa de Windsor — é uma forma de estetização da política, uma perigosa aproximação do fascismo. Se o presidente não tem o carisma das grandes lideranças, a glamourização faz as vezes dele nessa perigosa estetização: é uma forma da "indústria cultural", autoritária, que transforma tragédias em espetáculo. O desemprego que assola devastadoramente 17% da PEA da Grande São Paulo e alcança até 7,25% para o país como um todo nas contas do IBGE, um aumento de 40% em apenas um ano, mesmo sabendo-se, como toda gente sabe, que o conceito de desemprego utilizado mascara o real tamanho da massa de desempregados, termômetro da modernização selvagem, é estetizado como condição para melhoria do próprio trabalhador. Numa analogia cuja única nota dissonante é a diferença de classe, a trágica perda de vidas humanas no famoso naufrágio transforma-se em estetização da nobreza da classe dominante: eles dançam, jogam cartas, fumam e bebem, indiferentes e superiores ao desastre; o trabalhador desempregado transforma-se esteticamente no Fausto da globalização. Essa estetização da política vai de par com a arrogância e a frieza, uma espécie de culto da implacabilidade, de que todo regime autoritário sempre se gabou. Quem não se lembra do marechal Castelo Branco dizendo que pouco se importava com a popularidade? De tanto pouco se importar, o povo deu-lhe o troco: o mausoléu construído em Fortaleza para consagrar o "estadista" de Mecejana não registra, há muito tempo, uma única visita. Não se parece com a cena do garoto mendicante que ousou atravessar o caminho do *enfant gâté* Gustavo Franco, pedindo-lhe esmola, e teve como resposta que ele não tinha trocado e, ademais, o garoto deveria procurar emprego? No Banco Central?!

A marca do governo Fernando Henrique Cardoso talvez seja precisamente o que Marcuse chamou de "tolerância repressiva", uma das caracte-

rísticas "estilísticas" do autoritarismo. Por sob as formas do Estado de Direito, a "tolerância repressiva" vai desde a repressão à greve dos petroleiros, ano zero do governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele disse às classes e grupos dominantes a que veio — esta é uma das mais dramáticas conclusões da pesquisa que Cibele Saliba Rizek realiza, no Nedic-USP, sobre essa greve emblemática. Passa por todas as formas de desmoralização dos adversários, reduzidos a neobobos, jurássicos, convocando, como no fascismo, mais que na ditadura militar, que foi desmobilizadora, todas as potestades do ressentimento popular devastado por décadas de uma impiedosa e implacável inflação. Esse ressentimento é o chão social, o "modelo cognitivo" como diria Goldhagen³, o senso comum para Gramsci, que permite ao governo lançar-se ao assalto contra os direitos dos trabalhadores, dos funcionários públicos, trabalhando a esquizofrenia da divisão entre a *persona* do trabalho e a *persona* do consumo, uma elaboração ideológica da sociedade de massas, tipicamente fascista.

A dilapidação financeira do Estado, nas duas últimas décadas, amplificou uma perigosa subjetivação burguesa de caráter antipúblico. Trabalhando no interior das tendências segmentadoras do capitalismo contemporâneo, forma-se e amplifica-se, com extraordinária força, o que Adorno chamou de "personalidade autoritária", cuja perda da relação com o universal — uma transformação do capitalismo sob a forma da indústria cultural — reforça a segmentação e conduz à sensação de impotência, de que o medo é a consequência mais imediata. Medo das grandes cidades, medo do futuro, do outro, do estranho, guetização das residências sob a forma dos condomínios armados até os dentes, que constrói o terreno de possibilidades sobre o qual o governo lança sua ofensiva desestruturadora, deslegitimadora, segmentadora.

Toda a ideologia antiestatizante, neoliberalizante do governo FHC, que não seria mais que "realismo", uma vez que esta é a tendência universal, é fraca para esconder, na verdade, uma intervenção total e desapiedada sobre a sociedade. Constitui um equívoco, no qual têm incorrido mesmo os mais severos críticos do governo, pensá-lo como antiestatal. Aliás, em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições. Dá-se, assim, o primado da política sobre todas as outras esferas, o que constitui um dos traços mais autoritários do capitalismo contemporâneo. Quem pensa que é o mercado que está governando não conhece da missa um terço. Essa tendência revela-se na supremacia de uma política antipolítica, que se resume ao império do Executivo sobre o Legislativo e mesmo sobre o Judiciário, num governo que se proclama o arauto da institucionalização.

As iniciativas da sociedade civil são reprimidas e em seu lugar é colocada uma agência governamental: deu-se assim com a Comunidade Solidária, cuja perspectiva inicial, em benefício da dúvida, parecia querer apoiar-se sobre os movimentos sociais para combater as carências, mas cuja ação logo transformou-se numa subordinação das carências às necessidades da política governamental. Retrocede-se, assim, dos direitos para as carên-

(3) Goldhagen, Daniel J. *OS carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

cias: os problemas da sociedade passam a ser apenas de administração. Por meio de medida provisória — criada constitucionalmente apenas para emergências —, o governo, cumprindo o que estava já no programa do candidato em 1994, transformou organismos do Estado em organizações sociais. É a "sociedade civil", no pensamento do ministro Bresser Pereira, administrando-se a si própria, o novo modelo do Estado enxuto do século XXI. Bem reparada, tal reforma não passa de uma perigosa farsa: em primeiro lugar, os recursos continuam sendo públicos, nos casos já conhecidos, um dos quais é o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; em segundo lugar, não há nenhuma "sociedade civil" autogerindo-se: trata-se dos mesmos funcionários, cientistas e auxiliares, que estão na administração dessa nova entidade da "sociedade civil". Em terceiro lugar, perigosamente, o governo transforma em administração os dilemas da direção científica, entre os quais se coloca, não como um mero acessório, a própria questão dos recursos financeiros para gerir a nova entidade. A tecnologização da política, que aparece sob as formas de sua "administrabilização", é um dos traços mais perigosos do totalitarismo.

A ressemantificação do campo de significados é a própria universalidade burguesa posta em xeque. Os dominados já não devem, não necessitam, parecer-se com os dominantes. Ambos não compartilham o mesmo campo de direitos: há direitos especiais para militares e outros para civis, há direitos para funcionários especiais, os de carreira de Estado, e não-direitos para os demais funcionários civis; há direitos para trabalhadores estáveis e não-direitos para trabalhadores temporários; assim, mesmo no interior das classes dominadas, a perigosa tendência de segmentação do capitalismo contemporâneo é operacionalizada sob a forma de "reformas" cujo significado é de que aos *"dominés [ne se exige] non pas tant l'obéissance que l'adaptation fonctionnelle aux appareils, à l'organisation"*⁴.

O conjunto de "reformas" mediante as quais o governo pensa "liberar" o mercado é uma forma da mais violenta regressão. Como já se afirmou, tal "liberação" exige, a cada vez, uma pesada intervenção estatal. A violência aparece como necessária para fazer retroceder o conjunto das formas da sociabilidade ao estatuto da pura mercadoria. Como tal não se pode fazer pelo próprio mercado, pois o estatuto institucional deste exige que sua reforma venha, sempre, de fora, o Estado tem sido, no capitalismo — como pensavam lord Keynes e Marx, com sentidos opostos mas unificados sob esse ponto de vista —, o agente reformador, conformando as pressões e reivindicações da própria sociedade. A anulação da política que é a política do governo FHC leva, necessariamente, a formas violentas, a menor das quais, mas não sem importância, aparece no desrespeito aos próprios regimentos das casas do Congresso nas votações das reformas. Mas a violência maior constitui a tentativa de fazer regredir as relações sociais a pura mercadoria. O imaginário ressentido convocado, ainda que sob forma passiva, constitui um mito necessário para operar a violência da regressão. Tal imaginário assume agora a forma do fetiche da estabilidade monetária, a já referida esquizofrenização social operada pela "indústria cultural" entre

(4) Abensour, Miguel. "La Théorie Critique: Une pensée de l'exil?" (Postface). In: Jay, Martin. *L'imagination dialectique*. Paris: Payot, 1977.

as *personae* do consumidor e do trabalhador. Nele, qualquer reforma real, melhoria do salário, reajuste do funcionalismo federal — que desde 1995 vive com o mesmo salário, erodido por mais de 60% de inflação —, foi transformada em ameaça à estabilidade monetária.

Essa transformação de direitos em ameaça à estabilidade monetária é uma forma de culpabilização das vítimas, questão para a qual Adorno chamou a atenção em "A educação pós-Auschwitz". Assim, os direitos sociais que aumentam o "custo Brasil" devem-se ao "corporativismo" dos trabalhadores; as reivindicações do funcionalismo em geral, sua estabilidade, que uma vez foi condição para a construção de um Estado moderno, infenso ao fisiologismo das oligarquias, são também transformadas em "privilégios". A aposentadoria, para a qual trabalhadores pagaram a vida inteira, sem que tivessem responsabilidade pela má administração da Previdência, pois desde a ditadura de 64 a unificação dos vários institutos do INSS significou retirar a Previdência do alcance político dos trabalhadores, é transformada em privilégio e causa do déficit fiscal. O fato de que boa parte dos trabalhadores esteja em níveis inferiores de educação formal é transformado em explicação para a baixa competitividade da indústria nacional na competição internacional. Todos os clichês fascistóides da culpabilização dos judeus pelas mazelas alemãs, derrota militar, humilhação de Versalhes, hiperinflação, desemprego, estão presentes, metamorfoseados, nas acusações que se fazem, agora, às vítimas do atraso brasileiro: elas são as culpadas. Tal é o sentido das reformas: qualquer aproximação com o totalitarismo não é, de novo, mera coincidência.

Seria ingênuo pensar que ninguém ganha com isso, imediatamente. Todo o domínio burguês ganha imensos retornos; retrocede-se à dominação pura e simples, sem as mediações sociais construídas ao longo do processo de democratização real. A família, como mediação, já era. A escola, já foi, além de que o governo se dedica a uma sistemática desqualificação da escola pública, sobretudo a universitária. O governo desobriga-se da universalização da educação, apesar da retórica e da pesada propaganda tipo "Acorda Brasil: tá na hora de estudar". A educação que qualifica foi transferida às empresas que recebem da Finep, esta financiada pelo FAT, ironicamente Fundo de Assistência ao Trabalhador, os recursos com os quais mantêm os cursos que vão desde a alfabetização até a reciclagem de *seus* trabalhadores. Os outros? Que se virem com as escolas públicas que caem aos pedaços. As mediações construídas pelas classes sociais, na forma de organizações, sindicatos, centrais sindicais e outros mecanismos, são sistematicamente obstruídas, desqualificadas, destruídas, e a fúria deslegitimadora do governo só encontra paralelo no governo Collor, de que o governo FHC é o legítimo sucessor. Os empresários "nadam de braçada" neste mar sem ondas.

Mas, sombriamente, a desmoralização, a deslegitimação, a destruição de outras mediações sociais, que se traduzem, a curto prazo, em *fortificação do governo*, cobram seus direitos na *dissolução do Estado*. Toda supressão das mediações aparece no interior do Estado como implosão. Seja

por guerra entre burocracias, seja pelo que se revela a falência já quase total do monopólio legal da violência. A guerra entre burocracias apareceu cedo, no embate entre o ministro Jatene e a famosa equipe econômica; reaparece sempre na guerra entre as burocracias dos estados, cada qual voltado a dar tudo em troca de quase nada para capturar — na verdade são capturados — uma grande empresa, melhor ainda se for uma montadora de automóveis; reaparece na divisão dos incentivos fiscais entre regiões; enfim, aparece todo dia nos embates entre o Ministério da Fazenda e todos os demais, que vivem esperando que as migalhas caíam do banquete do pagamento dos serviços das dívidas internas e externa.

As estruturas urbanas caem aos pedaços, desde o Rio de Janeiro, que já é um caso "clássico", a São Paulo, cuja potência econômica parecia ter capacidade para livrar a grande cidade da "patologia" carioca. Mas embora não se possa absolver a dupla Maluf-Pitta pelo descalabro que torna a cidade inadequada para a "galinha dos ovos de ouro" da indústria automobilística, pois seus buracos e suas inundações liquidam quase toda possibilidade de trânsito, o "buraco" — não os das ruas — é mais embaixo. Como dizia a velha marchinha carnavalesca sobre o Rio, "de dia falta água, de noite falta luz". As privatizações não apontam solução, mesmo porque o Estado não tem capacidade para regulamentar as empresas, setores e serviços privatizados. A recente polêmica travada entre a Cerj e a CSN, quando esta acusou a primeira de ser responsável por vultoso prejuízo decorrente da falta de energia que assola o Rio de Janeiro, é a prova cabal da perda de capacidade do Estado em regular a própria competição capitalista. A Cerj retrucou que a culpa era da própria CSN, que não construiu sua usina térmica de geração de energia. Para não falar da ironia da sessão pública promovida pela Agência Nacional de Energia, no Rio, sobre as contínuas interrupções de energia na capital fluminense, interrompida precisamente por falta de luz! A empresa tornou-se maior que o Estado, não apenas porque o setor privado empresta dinheiro na forma da dívida pública — uma ilusão de ótica de que já tratamos em "O surgimento do antivalor"⁵ —, mas principalmente porque o Estado adotou os princípios da empresa privada.

Por toda parte, dos serviços de saúde deteriorados e privatizados, da educação à distância que distribui televisores, antenas parabólicas e computadores mas não sabe o que fazer com eles, à segurança, que já é um domínio privado — vejam-se as reportagens da *Folha de S. Paulo*, que revelaram, um tanto tardiamente, que as empresas de segurança são de militares e policiais civis e dispõem de efetivos superiores aos das Forças Armadas —, a dissolução do Estado aparece em estado de fratura exposta. As gangues de toda natureza pululam à sombra da incapacidade do Estado: gangue da "batida", gangue do assalto a caminhões de entrega, além das famosíssimas e arquiconhecidas gangues do tráfico de drogas e do tráfico de armas, para não relembrar a do jogo do bicho — hoje é jogo de inocentes —, que já foi institucionalizada com a taça Castor de Andrade, troféu da escola campeã do desfile carioca, onde o famoso traficante pontificava como "capo dos capos". Entregues à própria sorte, uma vez que as

(5) Oliveira, Francisco de. "O surgimento do antivalor". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 22, outubro de 1988.

burguesias já não necessitam da segurança pública, os dominados — o autocontrole da "sociedade civil", ministro Bresser — se matam, organizam-se em grupos justiceiros que geralmente são controlados por algum policial, militar ou civil, procedem a linchamentos. O direito das ruas, formado nas ruas, pelas reivindicações, uma fonte legítima e moderna da produção do direito (aliás, a fonte mais moderna da produção do direito), é perversamente transformado em seu contrário pela antipolítica "policial" do governo, que consiste em desmontar a necessidade e a legitimidade das reivindicações: estas, não podendo transformar-se em política, viram linchamento, justiça pelas próprias mãos. Pode-se objetar que o enfraquecimento do Estado é, afinal, o pós-moderno: que as gangues são apenas a transição de uma sociedade super-"estatalizada", como diria Habermas, para uma sociedade que se autocontrola. Como gosta de dizer Wanderley Guilherme dos Santos, esta é uma fórmula velha: é hobbessiana. Passa-se, então, à dominação pura, simples e brutal.

Há um grande consenso, às vezes ideologicamente manipulado, de que se está frente a um período de fundas transformações. Os limites da racionalidade burguesa estão sendo solapados pelo enorme avanço das forças produtivas, cujo desenvolvimento — não a acumulação — é já há algum tempo poderosamente determinado pela ciência e tecnologia. A clonagem de Dolly, mesmo que no imediato se revele uma fraude, os genes que predis põem as pessoas a determinadas doenças ou a comportamentos sexuais "não-papai-e-mamãe", atacam de frente a construção moderna do indivíduo soberano. Parece, sugerem a biologia e a genética especialmente, que a famosa capacidade de escolha, atributo máximo da modernidade, é, em muitos casos, parcialmente determinada. Tal como em mulheres e homens do fim da Idade Média, a sensação de medo, de impotência, de violência do desconhecido, numa era em que, paradoxalmente, tudo parece poder ser conhecido, atravessa a sociedade de alto a baixo. Não à toa, assiste-se à revivescência de todas as superstições: políticos, gente do povo e cientistas recorrem a cartas, búzios, tarôs, pirâmides energéticas para tentar desvendar o futuro. Novas superstições nascem, como essa "cientologia", cujos sumos sacerdotes são *stars* do *show business*, justamente pessoas que, por disporem de tudo e terem as massas a seus pés, pareciam não precisar de mais nada.

Ninguém dispõe de um modelo para o futuro, assim como as pessoas no fim da Idade Média e no alvorecer do capitalismo tampouco dispunham. Frente ao desconhecido, homens e mulheres no turbilhão da grande transformação inventaram a humanidade, inventaram o indivíduo livre, inventaram a escolha, inventaram os direitos, inventaram a cidadania, inventaram o futuro. O neoliberalismo, ao contrário, frente a uma nova e poderosa onda de incerteza, regride ao passado: ele mesmo teme o futuro. Tenta fazer as relações humanas voltarem ao estatuto da mercadoria, sequer admitindo o próprio contrato mercantil, cuja consistência, ademais, no Brasil, nunca foi muito sólida. Basta lembrar que, sessenta anos depois da CLT, mais da metade dos trabalhadores brasileiros não têm registro de

trabalho; e esse número "informal" está em vigoroso crescimento. Ao invés de avançar rumo ao futuro escolhido pelos cidadãos, individualmente, e as classes sociais, em conjunto, nos últimos cinquenta anos, superando a racionalidade burguesa abalada até seus alicerces, propondo em seu lugar direitos difusos que já não necessitam de um sujeito individual, o neoliberalismo no Brasil carrega a marca da regressão. Em lugar do mais amplo universal, a mais sofisticada segmentação. Em lugar da "administração das coisas", como seria o futuro para Marx, a administração dos homens, que é sua coisificação mais avançada e mais repulsiva. Ninguém poderá aposentar-se aos 55 anos, porque é necessário trabalhar; mas não haverá trabalho para todos, como predisse o próprio presidente, ao projetar 40 milhões de brasileiros sem emprego no futuro imediato.

A contradição do absolutismo fernandohenriquista, forma do neoliberalismo entre nós, que tem fortes raízes sociais, poderosamente amplificadas pela ação de seu governo, é que colherá os frutos — já os está colhendo — de um impressionante fortalecimento de seu poder pessoal na forma de um Estado absolutamente desmoralizado, esfacelado e incapaz de devolver à sociedade normas de convivência social. Essa contradição, que não é um simples paradoxo, ocorre porque a antipolítica do presidente é uma prática que se faz em detrimento das mediações sociais construídas pelos dominados, pelas reivindicações que conferem materialidade à capacidade do Estado em deter o monopólio legal da violência; esta é a política em sentido rancieriano⁶. A recente promessa de indenização aos prejudicados pelo desabamento do Palace 2, no Rio de Janeiro, mostra esse processo: longe da ingênua interpretação jornalística de que se tratava de demagogia, o que ela mostra é o poder pessoal que restou sob os escombros — qualquer semelhança com o que ficou do Palace 2 não é coincidência — do poder estatal. Logo a celerada equipe econômica avisou ao soberano que nem isso mais é permitido: o "custo Brasil" crescerá com as indenizações; mas o sinal vermelho dado pela equipe econômica ao próprio príncipe não tem como princípio a obediência às regras institucionais da divisão de poderes no Estado moderno, pois a questão da culpa e da indenização da vítima cabe à Justiça e não ao Poder Executivo. A advertência, que fez o presidente imediatamente recuar, foi feita em nome de uma razão instrumental, como diria mestre Weber: a indenização afetaria o Plano Real! Para quem um dia foi chamado por Glauber Rocha — narciso que se refletia no espelho dos "gênios da raça", Golbery e Geisel — de "príncipe dos sociólogos" brasileiros, terminar como tirano talvez seja uma forma principesca.

(6) Rancière, Jacques. *La Mé-sentence: Politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

Recebido para publicação em 16 de março de 1996.

Francisco de Oliveira é professor titular do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e pesquisador do Nedic-USP. Publicou nesta revista "Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro" (nº 48).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 50, março 1998
pp. 13-21
